



BRASILEIROS NOS ESTADOS UNIDOS¹

Teresa Sales²

1. O Brasil dos anos de 1980: Início das migrações internacionais de brasileiros

O Brasil dos anos de 1980 foi o cenário do início das migrações internacionais de brasileiros para outros países, fenômeno inédito em nosso país. Era a chamada “década perdida” da América Latina, em contraposição ao “milagre econômico” dos anos de 1970.

A partir de 1979, a economia brasileira sente o impacto do aumento da taxa de juros internacional e do segundo choque do petróleo, ocorrendo então a maxidesvalorização de 1979, que causa grande impacto sobre a inflação. Esta ultrapassa os 50% ao ano, chegando ao final daquele ano a superar a casa dos três dígitos. O país adota, diante desse quadro de crise, uma política abertamente recessiva, que inclui medidas como as restrições de créditos, aumento de juros, corte nos gastos públicos e alteração da política salarial.

Em setembro de 1982, o México declara moratória, o que leva à paralisação dos fluxos de créditos internacionais, obrigando o Brasil a recorrer ao FMI. Esse quadro de crise se estende até 1983, quando, logo em fevereiro, ocorre mais uma maxidesvalorização cambial e uma compressão das importações em cerca de 20%. Como resultado, o produto industrial do período de 1981 a 1983 cai a uma taxa média anual de 4% e o PIB cerca de 1%.

A partir de 1984, inicia-se um movimento de recuperação puxado pelo setor exportador (as nossas exportações cresceram em mais de 23% em valor), devido em parte aos enormes déficits comerciais praticados pelos Estados Unidos. Contudo, nesse contexto, a recuperação do emprego não chega a ser expressiva e os níveis de investimento se mantiveram baixos. Somente a partir

¹ Essa é uma primeira versão do texto, ainda sujeita a modificações. Favor não citar.

² Presidente do Centro Josué de Castro. Professora aposentada da Unicamp.

de 1985, já com o governo da Nova República, inicia-se a recuperação das perdas salariais. Tarifas públicas são comprimidas, voltando porém a subir posteriormente com os efeitos inflacionários. O PIB cresce 8%, melhor desempenho da década, e o salário mínimo real cresce 7,5%. O saldo da balança comercial alcança 12,5 bilhões, porém a inflação, o principal vilão na nossa história emigratória, chega a 225% ao ano.

O que vai efetivamente marcar uma conjuntura de melhoria das condições de distribuição de renda, sobretudo pelo efeito de controle do processo inflacionário, é a decretação do Plano Cruzado, em fevereiro de 1986. A inflação foi então reduzida a níveis muito baixos, os salários reais cresceram, o PIB se elevou em 8% e o produto industrial em 12%. Mas o plano não atacou o desequilíbrio externo e financeiro, resultando em sua derrocada menos de um ano após sua implementação: as práticas de cobrança de ágio, o desabastecimento e as pressões para desvalorização do câmbio intensificaram-se; a partir de setembro daquele mesmo ano de 1986, o saldo comercial começou a se deteriorar e o governo desvalorizou a moeda.

A tentativa do governo de recuperar a sua capacidade de gasto por meio de um ajuste fiscal, através do Plano Cruzado II, acabou por retomar a inflação e reverter os êxitos iniciais do plano anterior. No início de 1987 ocorre uma queda do saldo comercial e também uma grave erosão do nível das reservas externas, obrigando o governo a decretar moratória em fevereiro.

Os últimos anos da década apresentaram os mais altos índices de inflação: 685% em 1988 e 1.320% em 1989. Nesse ano, observa-se também um superávit comercial recorde, da ordem de US\$ 35 bilhões, que foi transferido para o exterior, permitindo a redução de US\$ 10 bilhões na dívida externa. O Plano Verão, decretado em janeiro de 1989, resultou em forte redução dos salários reais. E a inflação retomou rapidamente seu curso ascendente, alcançando ao final de 1989, taxas anualizadas no patamar de cinco dígitos .³

³ Os dados e análises apresentados foram baseados em Batista Jr., 1983; Belluzzo, 1992; Taraves e Fiori, 1993; Teixeira, 1992.

As migrações internacionais de brasileiros, sobretudo para os Estados Unidos, desencadeiam-se nesses turbulentos anos da década de 1980. No survey que realizamos em Governador Valadares em 1997 (Sales, 1999:29), pude observar que a migração de valadarenses é crescente a partir da segunda metade dos anos de 1980, atingindo seu ápice nos três últimos anos da década – 1987 a 1989, período a que eu nomeei *triênio da desilusão*. Nesse triênio, o país assistiu à ascensão e queda de pelo menos três planos econômicos. A desilusão com o Plano Cruzado foi marcante, talvez por ter sido maior a esperança depositada em um novo governo, uma nova república, uma nova democracia. O ano de 1987 é quando mais emigram valadarenses. O desencanto com o Brasil foi reforçado sobretudo com a curta e desastrosa era Collor de Mello, ao início dos anos de 1990, que acirrou para os emigrantes o desengano com o Brasil da inflação e da falta de oportunidades.

Num de meus primeiros artigos sobre as migrações internacionais de brasileiros, eu chamava a atenção para os outros ingredientes daqueles anos de 1980:

“a chamada década perdida foi na verdade muito mais do que uma época de recessão econômica. Nela, a sociedade brasileira se mobilizou e criou esperanças. O país se redemocratizou, segmentos da sociedade se organizaram politicamente, partidos e movimentos sociais foram criados, o povo foi às ruas para exigir eleições diretas para presidente, voltamos a exercer o direito do voto para eleger o presidente do Brasil. A inflação, o desemprego e a recessão não vieram sozinhos, mas junto com muitas perspectivas promissoras e até o vislumbre de saídas com o Plano Cruzado ou com as promessas políticas que se renovavam a cada eleição e a cada fator de mobilização popular. O fator político teve portanto um peso na balança dessas migrações internacionais brasileiras, se se consideram as esperanças e *frustrações* dos primeiros anos de nossa redemocratização” (Sales, 1995:129).

Em minhas diversas pesquisas de campo nos Estados Unidos (desde 1990 até 2005), os brasileiros imigrantes referiam-se frequentemente à decepção com o Brasil da inflação, do confisco da poupança de Collor de Mello, como motor da migração. A análise que fiz com o material da imprensa

brasileira produzida nos Estados Unidos (Sales, 1999), por sua vez, evidenciou que os motivos da decepção eram reforçados naquela imprensa “brazuca”, o que em muito contribuiu como um dos fatores para a redefinição das expectativas temporais dos imigrantes em um projeto de permanência mais duradoura naquele país.

A comparação com os Estados Unidos enquanto país de oportunidades também era freqüente nas entrevistas. Essa era a época de ouro do crescimento acelerado naquele país, com uma demanda de trabalhadores crescente em uma economia de pleno emprego. A simples observação das muitas placas afixadas nas lojas dos mais diversos setores de atividade atestavam essa realidade. Os níveis salariais compensavam as longas jornadas de trabalhos dos imigrantes em empregos braçais, aquém de suas qualificações profissionais. A euforia dos bons salários, as remessas, as possibilidades de emprego para todos que chegavam, foram alimentando um fluxo migratório sem precedentes na história de nosso país. Disso deu conta inicialmente a imprensa e depois as várias pesquisas sociológicas, das quais as de Maxine Margolis foram pioneiras nos Estados Unidos e as de Teresa Sales foram pioneiras no Brasil.

Em 2005 realizei minha última pesquisa de campo nos Estados Unidos, que resultou no artigo “Ongs brasileiras em Boston”, publicado pela revista *Estudos Avançados* da USP (Sales, 2006). Nesse artigo, constato grandes transformações na organização da comunidade brasileira naquele pedaço dos Estados Unidos onde eu havia morado por 6 meses 10 anos antes, para realizar a pesquisa mais longa e detalhada, que resultou no livro *Brasileiros Longe de Casa*, publicado em 1999 em São Paulo e em 2003 em New York (*Brazilians Away From Home*). Com a rápida dinâmica dos brasileiros imigrantes nos Estados Unidos, muitas mudanças ainda estavam por vir. Naquele momento, 2005, ainda não se vislumbrava o retorno dos imigrantes.

A imprensa, ágil e pioneira na notícia dos novos fenômenos sociais, vem acompanhando a migração de retorno dos brasileiros imigrantes nos Estados Unidos. Para as próximas sessões desse artigo, uso apenas os meus arquivos

de imprensa, tal como usei à farta ao princípio de minhas pesquisas, para dar conta da conjuntura econômica do Brasil e dos Estados Unidos.

2. O Brasil dos anos de 2000

Tal como fiz na sessão anterior desse artigo, aqui vou apresentar um quadro da conjuntura econômica do Brasil nos anos de 2000, para em seguida, na sessão seguinte, apresentar a conjuntura de crise dos Estados Unidos, concluindo com algumas considerações preliminares sobre as perspectivas das migrações de brasileiros nos Estados Unidos.

“O mundo muda e o Brasil mudou”, afirmou a Folha de S. Paulo em 5 de maio de 2008 o homem mais rico do mundo, o americano Warren Buffett, que se convenceu a investir na moeda brasileira alertado sobre as mudanças do Brasil pelo empresário e investidor Jorge Paulo Lemann. Além de ter criado vários negócios no Brasil, entre os quais a AmBev, Jorge Paulo Lemann é responsável pela manutenção de uma bolsa de pesquisa para brasileiros no David Rockefeller Center for Latin American Studies em Harvard⁴. A mudança a que se refere Buffett diz respeito especificamente às perspectivas de valorização do real frente ao dólar, fator crucial na decisão da migração de retorno dos brasileiros imigrantes nos Estados Unidos.

Na verdade, a economia brasileira mudou principalmente na passagem de 2006 para 2007, crescendo cerca de 5%. Em 2008 o Brasil se torna um credor líquido pela primeira vez em sua história. Essa façanha levaria o país a seguir o exemplo de outros países emergentes como a China e os países ricos do Golfo Pérsico, com a proposta de criar um controvertido fundo soberano entre US\$ 10 e 20 bilhões para investir o dinheiro que tem em excesso, além de ter lançado,

⁴ Em 2000 eu concorri a esse programa de bolsas de Harvard, com o qual realizei minha pesquisa sobre a Segunda Geração de Imigrantes na região de Massachusetts (Sales, 2004). Esse programa de bolsas Lemann, ao se renovar a cada ano, terminou por fortalecer o programa Brasil naquele Centro de Harvard, em conexão com o crescimento da organização da comunidade brasileira e seus líderes, assunto que abordarei na última sessão desse artigo.

também em 2008, uma política industrial de US\$ 125 bilhões . Em meados de 2007 os analistas econômicos já apontavam um clima de otimismo entre empresários, que se animavam a realizar grandes investimentos. Tudo indicava que havia ficado para trás os anos sombrios de baixo crescimento econômico que foi a tônica dominante nas duas décadas precedentes.

Segundo a análise de Luiz Carlos Mendonça de Barros (Folha de S.Paulo, 25 de maio de 2007), as evidências indicam que a origem da crise de crescimento da economia brasileira estava menos nos fatores tradicionalmente apontados, tais como a elevada e ineficiente carga tributária, o crescimento dos gastos públicos, os déficits crescentes da Previdência, do que na fragilidade de nossas contas externas. Daí porque o prenúncio das mudanças se dá a partir de 2003, com as alterações no comércio internacional provocadas pela ascensão da China, com o seu crescimento econômico acelerado. “Nossas exportações passaram a crescer de forma extraordinária, impulsionadas por volumes maiores e pelo aumento significativo de preços. O resultado foi o aparecimento de um excedente elevado de dólares em nossas reservas externas”.

Chegamos a essa situação depois que o crescimento econômico mundial dos últimos anos provocou uma mudança radical nos preços relativos de inúmeras commodities, das quais o Brasil é um dos maiores e mais eficientes produtores. Este ciclo de preços elevados levou, entre 2004 e 2006, a uma mudança radical em nossas contas externas. Os saldos de nosso comércio internacional permitiram que o país passasse a acumular volumes crescentes de reservas cambiais, deixando para trás décadas de recorrentes crises externas. Daí os “vultosos investimentos financeiros que vieram se somar ao saldo comercial, fazendo com que, ao final de 2007, chegássemos à incrível marca de US\$ 180 bilhões em reservas internacionais” (Luiz Carlos Mendonça de Barros e Paulo Pereira Miguel, Valor Econômico de 14 de janeiro de 2008).

A declaração de Warren Buffett se situa nesse contexto. Os juros para os títulos brasileiros passaram a ser extremamente atrativos, com uma corrida inicial aos papéis em dólares, provocando uma queda contínua do risco Brasil, que terminaria resultando, em abril de 2008, na promoção do Brasil à classificação de *investment grade*, um selo que atesta que o Brasil é um bom

pagador e um porto seguro para investidores. Antes disso porém, a partir de meados de 2006, os investidores externos passam a trocar dólares por reais e a investir em títulos da dívida interna, trazendo com isso uma nova dinâmica ao mercado financeiro brasileiro. Cria-se a partir de então um mercado de títulos de longo prazo, até então desconhecido no Brasil.

Esses indicadores atestam uma mudança de patamar da economia brasileira, que consolida seu crescimento sustentado. No mercado de trabalho, assistimos a uma redução significativa da taxa de desemprego e os primeiros sinais de falta de mão de obra especializada. O grau de investimento tem trazido dólares ao país, contribuindo para valorizar ainda mais o real, com todas as conseqüências daí advindas para o bem e para o mal.

A influência dos fatores externos na nova dinâmica de crescimento sustentado da economia brasileira é ressaltada por outro estudioso de nosso modelo de desenvolvimento, o professor Barros de Castro. Segundo ele, a emergência da China está mudando os preços relativos, o perfil e a forma de atuar das empresas capitalistas, os mecanismos de progresso técnico, entre outras tendências. Isso tem permitido a produção de uma grande variedade de produtos adaptados às condições de mercado, o que gerou uma grande redução dos preços de bens de consumo para atender à classe média chinesa, que recebe 120 milhões de membros a cada nova década. Esse barateamento dos produtos industriais chineses serve não apenas para abastecer o mercado interno chinês, como para exportar a preços competitivos para países como a África e o Brasil (*Valor Econômico*, 5 de maio de 2008).

O efeito do modelo chinês na economia brasileira é positivo não apenas no intercâmbio comercial. Segundo Barros de Castro, ao contrário dos países que sofrem com o aumento nos preços de matérias primas, o Brasil é dono de “bilhetes premiados”: com vastos recursos naturais que lhe possibilitarão, a partir da exploração das reservas de petróleo e gás e do uso da cana-de-açúcar para produção de etanol, pode aproveitar a crescente demanda mundial e gerar igualmente demanda por produtos e serviços dentro de Brasil.

Em novembro de 2001 o economista Jim O'Neill, do Goldman Sachs, criou o termo BRIC, usado para descrever os mercados em crescimento acelerado do

Brasil, Rússia, Índia e China. Ele afirmava que essas quatro economias poderiam estar sendo responsáveis, até o final da década, por 10% do PIB mundial. Embora não se possa dar muito crédito a previsão de economista, elas servem quando nada para indicar tendências gerais. Seis anos depois dessa previsão do Goldman Sachs, eles radicalizam seu argumento: a economia da China vai superar a americana até 2027, a Índia vai alcançar os EUA até 2050 e as quatro nações vão superar todos os países do G-7 em 2037. Em 2007 o FMI calculou que os BRIC e os mercados emergentes que eles estão ajudando a alimentar, responderão por 30% da economia mundial e 47% de todo o crescimento global. Dentre os 4 países do grupo, o Brasil se destaca pelas commodities, a China pela produção industrial de baixo custo, a Índia e as economias emergentes da Ásia pelos serviços de tecnologia da informação e a Rússia pelos produtos minerais com destaque para o petróleo.

Desde que os BRIC apareceram pela primeira vez no léxico do gerenciamento de fortunas, os fluxos de investimentos vêm alimentando seus mercados de ações. Entre 2001 e 2007, o mercado de ações brasileiro subiu 369%, o da Índia 499%, o da Rússia 630% e o da China 201% (Valor Econômico, 14 de maio de 2008).

Um observador externo, Matt Moffet, declarou ao Wall Street Journal Americas (13 de maio de 2008) que, por mais de 10 anos, o Brasil teve crescimento econômico lento e parecia fora do ritmo dos países emergentes mais dinâmicos como Rússia, Índia e China. Os mais céticos diziam então que o mais correto seria dizer RIC. Devagar e sem alvoroço, no entanto, a economia brasileira vem superando barreiras. Já uma potência mundial em recursos naturais e agricultura, o Brasil acrescentou um ingrediente chave que durante muito tempo não teve: uma moeda forte. Isso tem ajudado a deflagrar a maior onda de prosperidade que o país experimentou em três décadas, atraindo investimentos estrangeiros e dando um motor de crescimento para uma economia global enfraquecida. Outro observador externo, Albert Fishlow (este, um brasileiro de longa data), declara que em 40 anos que estuda o Brasil, viu o país experimentar diferentes situações e modelos econômicos. Nos últimos 10 anos apenas, segundo ele, a economia atingiu um grau de

estabilidade e de crescimento que pode se manter por muitos anos e o país está muito próximo de ter uma taxa sustentável de crescimento (Valor Econômico, 29 de maio de 2008).

Completando esse quadro de céu de brigadeiro com dados mais gerais do que só os indicadores econômicos, Delfim Neto afirma que o Brasil é um país diferenciado por sua dimensão geográfica (5º do mundo), por seu estoque demográfico (5º do mundo), por seu PIB (11º do mundo). Mas é ainda um país pobre: a renda per capita é a 58ª do mundo. “Construímos uma unidade invejável do ponto de vista lingüístico, uma tolerância religiosa excepcional e assistimos aos preconceitos étnicos serem consumidos pelo entendimento que é a diversidade que produz a evolução criadora. E, muito importante, há um século acertamos todos os nossos problemas de fronteira” (Valor Econômico, 4 de dezembro de 2007).

Acrescente-se a esses dados, o fato de que o Brasil vive um bônus demográfico. A Fundação IBGE projeta para o período 2000-2030 um maior contingente de pessoas em idade economicamente ativa, com menor percentual de crianças e idosos no total da população, tendo como consequência um menor grau de dependência econômica de quem é capaz de gerar renda. “A menor dependência tem efeito macroeconômico, pois significa maior capacidade de poupança, condição indispensável para a elevação dos investimentos necessários ao desenvolvimento econômico... isso acontece em função da desaceleração do crescimento populacional, com taxa de mortalidade baixa e desaceleração da taxa de natalidade”, afirma José Eustáquio Diniz Alves, professor da Escola de Pós-Graduação do IBGE. Outras condições contribuem para o quadro do bônus, como a população mais urbanizada e a redução do analfabetismo. Do período de 1950-1980 para 2000-2030, a taxa de urbanização passou de 54% para 68%. A taxa de alfabetização passou de 58% para 92% (Valor Econômico, 8 de maio de 2008).

Traduzindo os indicadores gerais para a população brasileira, observa-se que a demanda doméstica tem crescido a taxas próximas a 8%, impulsionada pelo aumento real do salário mínimo, pela expansão do crédito e pelos programas de transferência de renda. Segundo Luiz Carlos Mendonça de Barros

(Folha de S. Paulo, 27 de julho de 2007), “a força do consumo das famílias está sendo acompanhada por um movimento vigoroso de investimentos em aumento da capacidade produtiva do setor privado. Com essa resposta, fecha-se o ciclo virtuoso de uma economia de mercado e criam-se as condições microeconômicas para perenidade dessa fase de expansão”.

Será que o futuro chegou para o Brasil? Pergunta a socióloga.

Malgrado tudo isso, o país continua pobre, a renda é mal distribuída, (mesmo tendo melhorado hoje em relação a 1980, conforme demonstra Eliana Cardoso na sua coluna no Valor Econômico de 8 de maio de 2008) e temos sérios problemas urbanos que se manifestam sobretudo nos elevados níveis de violência. Não há como desenvolver aqui um quadro explicativo mais abrangente de alguns avanços no campo social – como o crescimento da demanda doméstica, impulsionada pelo aumento real do salário mínimo, pela expansão do crédito e pelos programas de transferência de renda – que poderão, esses sim, influir nos níveis de pobreza (a questão da violência é mais complexa). Como nosso objeto de observação são contudo as migrações internacionais de brasileiros, a questão que aqui nos interessa é: qual a influência dos fatores de mudança da economia brasileira acima assinalados para essas migrações?

Antes de entrar nesse assunto, com o qual concluirei o texto, vou fazer uma rápida incursão pela conjuntura de crise da economia norte-americana.

3. Os Estados Unidos dos anos de 2000

“Wall Street que se cuide. Os salários e bônus pagos por bancos de investimento no país já ultrapassam os valores de Nova York. Fenômeno que vem trazendo de volta executivos brasileiros que atuavam no maior centro financeiro do mundo. E entre os fatores que explicam toda essa reviravolta no cenário local, destacam-se o crescimento das operações de fusão e aquisição, ofertas de ações nas bolsas de valores e a entrada de fundos de private equity” (Valor Econômico, 1 de outubro de 2007).

Esse é um fenômeno que tem sido reportado pela imprensa, resultado da falta de mão de obra especializada representada pelos brasileiros que buscavam lá fora melhores oportunidades de trabalho. A literatura sobre migrações é farta em semelhantes exemplos: a mobilidade da mão de obra segue a mobilidade do capital. Vimos nas páginas precedentes a pujança do capital, que não tem pátria e se move apenas em busca das melhores oportunidades para sua valorização, aportando nos mercados de capitais brasileiros. Nada mais natural do que o movimento que se lhe segue, da volta dos executivos do capital: esses jovens yuppies, também quase sem pátria, que se movem perfeitamente à vontade no mundo globalizado.

Não é à toa portanto que esteja havendo de algum tempo pra cá, em concomitância com o movimento do capital, uma corrida dos bancos e dos fundos de private equity sediados no Brasil, por executivos de finanças brasileiros que optaram por fazer um MBA no exterior e atuavam fora do país. “Há três anos, víamos sair apenas um ou dois IPOs (ofertas de ações nas bolsas de valores) por ano. Agora é bem diferente. Só em 2007, contabilizamos cerca de 50 e não há gente suficientemente preparada para ocupar todas as novas posições que surgem” (Valor Econômico, 1 de outubro de 2007).

Saindo do mundo executivo e entrando no mundo da moda, a imprensa noticiou com alarde no final de 2007, que a modelo brasileira Gisele Bündchen estava preferindo assinar seus contratos em euros e não mais em dólares. Sinal dos tempos e indicador da desvalorização do dólar frente à moeda européia. Também grandes exportadores de petróleo estariam recompondo suas aplicações financeiras em favor do euro e até mesmo do yuan, a moeda chinesa.

Se a entrada de recursos externos e a dinamização da economia brasileira dão conta de uma seletiva migração de retorno de executivos de empresas financeiras, a desvalorização do dólar responde por outros fenômenos também ligados às migrações internacionais: a diminuição das remessas dos imigrantes e a migração de retorno de uma parcela dos trabalhadores imigrantes.

Antes porém, vejamos com mais vagar essa questão da desvalorização do dólar.

As razões para a depreciação do dólar e sua perda de prestígio são várias. Há as mais antigas, relacionadas aos enormes déficits em conta corrente no balanço de pagamentos dos Estados Unidos, e outras, mais recentes, derivadas dos efeitos da crise financeira provocada pelo estouro da bolha imobiliária, que se espalharam pela economia do país, provocando a sua retração. A crise financeira puxou para baixo a histórica propensão dos americanos ao consumo, um efeito que contribuiu para agravar ainda mais a perda de sustentação da economia provocada pela crise no mercado imobiliário. Essa crise está influenciando também no índice de crescimento do país, previsto em torno de 1% para 2008 e 2009, índice bem inferior ao dos países emergentes (Valor Econômico, 23, 24 e 25 de maio de 2008).

A questão do déficit externo é um dos elementos que fragilizam os Estados Unidos, que se acham dependentes de credores internacionais para financiar sua dívida. A maior parte desses credores é formada por países asiáticos, que detêm mais de US\$ 800 bilhões em papéis do Tesouro americano. Em 2008 o país deve apresentar déficit em contas correntes próximo a US\$ 800 bilhões, que significa 6% do PIB, quando em 2007 ficou em 5% do PIB. O déficit fiscal deve chegar a US\$ 360 bilhões, 3% do PIB (Valor Econômico, 25/05/2008).

Essa situação da economia americana, junto com algumas políticas equivocadas que resultaram no fracasso da intervenção no Iraque e no Afeganistão, têm levado alguns analistas de política internacional a redimensionar a hegemonia daquele país no concerto das nações. Para José Luiz Fiori, os Estados Unidos enfrentam problemas no cenário geopolítico e não estão mais sozinhos no xadrez das negociações internacionais. A instabilidade econômica americana terminou por deixar claro um novo cenário geopolítico que se desenha no mercado global desde o final da guerra fria em 1991. Nesse cenário, os Estados Unidos ainda têm condições de retomar a liderança, mas terá que concorrer agora com atores que ganham peso na economia global, tais como a China e a Rússia (Valor Econômico, 29 de maio de 2008).

Opinião diversa é expressa por Rubens Ricúpero, para quem os problemas atuais que afetam a economia americana e o dólar não podem ser considerados como tendência. “Os fundamentos da economia americana ainda são muito fortes, não apenas pelo seu tamanho, mas por seu setor financeiro e grande capacidade de inovação”. Mesmo se persistir o enfraquecimento do dólar, a mudança levará décadas. “A substituição da libra pelo dólar, nesse papel global, demorou quase um século e só ocorreu depois de duas guerras” (Valor Econômico, 25/05/2008).

A opinião mais acabada sobre a crise da economia americana e suas repercussões a nível mundial são de Luiz Gonzaga Belluzzo em sua coluna do Valor Econômico (27 de maio de 2008). Segundo ele, a força do dólar estimulou a redistribuição da capacidade produtiva na economia mundial, sobretudo na indústria manufatureira, e ampliou os desequilíbrios nos balanços de pagamentos entre os EUA, a Europa e a Ásia, avançando na chamada globalização financeira. Daí que o país acumulou reservas nos países asiáticos, como contrapartida dos déficits em conta corrente; e expandiu o crédito e a inflação de ativos nas economias centrais, o que culminou na crise dos mercados hipotecários da segunda metade de 2007.

Nesse contexto de dinamismo e crise na economia global, ainda segundo Belluzzo, as relações de troca no comércio mundial deixam de inclinar-se a favor das manufaturas e contra os produtos primários. O pólo dominante passa a ser o território dos asiáticos, de mão de obra barata, câmbio desvalorizado e abundância de investimento direto estrangeiro que se produzem em novas manufaturas. Num primeiro momento, a queda continuada nos preços das manufaturas contribui para rebaixar a inflação. Porém num segundo momento, a pressão da demanda dos emergentes sobre os recursos naturais joga para o alto o preço das commodities.

As antigas divisões dos países de Centro-Periferia do capitalismo, países desenvolvidos X sub-desenvolvidos, países exportadores de matérias primas e importadores de manufaturados X países industrializados, passam por anacrônicas num mundo globalizado em que as relações de troca no comércio mundial não favorecem apenas os países produtores de manufaturas contra os

exportadores de produtos primários. A alta do preço das commodities é apenas um dos indicadores dessas mudanças. E os economistas, acostumados a fazer cenários para o futuro, estão ainda atônitos com os rumos de uma economia que cresce a passos rápidos sem dar trégua às teorizações.

Sem entrar nas intrincadas questões que envolvem os novos contornos da geopolítica mundial, fiquemos apenas em um dado conjuntural que tem efeitos diretos nas migrações internacionais de brasileiros: a desvalorização do dólar X a valorização do real.

4. Perspectivas das migrações Brasil – Estados Unidos

O efeito mais imediato da desvalorização do dólar frente à valorização do real tem sido a diminuição das remessas dos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos.

Desde o início das migrações internacionais de brasileiros para outros países, a remessa dos imigrantes brasileiros tem sido tratada como uma variável importante e vem sendo equacionada de diferentes maneiras pelas autoridades monetárias do Brasil. Durante minha pesquisa de campo em 1995/96, presenciei uma visita de autoridades do Banco do Brasil às comunidades de imigrantes brasileiros em Massachusetts. Junto com o Consulado brasileiro em um programa de Consulado Itinerante, essas autoridades propunham um programa de remessas coordenado por aquele banco estatal, em substituição às remessas até então realizadas por empresas particulares. Demorou muito tempo até a concretização dessa proposta, pois naquele momento feria interesses dos comerciantes da comunidade. Hoje em dia o Banco do Brasil é um dos agentes da Western Union, ao lado de nove corretoras, e opera com pagamentos em dinheiro nas agências.

Segundo o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), os brasileiros que moram no exterior enviaram US\$ 7,7 bilhões para o Brasil em 2006, acima dos US\$ 6,4 bilhões enviados em 2005. O ministro Hélio Costa, das Comunicações, avaliava que há cerca de US\$ 4 bilhões transferidos anualmente “no limbo”, por meios informais (Valor Econômico, 23 de agosto de 2007). O

que significa que, 10 anos depois daquela proposta a que me referia antes, ainda perdurava a situação das remessas irregulares. Isso somente se justifica pela situação ilegal dos imigrantes, que preferem pagar mais pelas remessas para ter o sigilo de sua situação preservada ⁵. O Brasil é o segundo país da América Latina em remessas, depois do México, com US\$ 23 milhões e à frente da Colômbia, com US\$ 4 bilhões. Cerca de metade das remessas brasileiras vem dos Estados Unidos.

A crise dos mercados hipotecários americanos da segunda metade de 2007 poderá afetar essas transferências de recursos dos imigrantes brasileiros? Como o BID vem acompanhando esse movimento de remessas, foi possível verificar que sim, em 2007 essas remessas foram reduzidas em 4% em relação ao ano anterior. “Depois de terem atingido o pico de US\$ 7,373 bilhões em 2006, as remessas recuaram para US\$ 7,075 bilhões no ano passado” (Valor Econômico, 14 de abril de 2008). Segundo o BID, 75% das remessas de emigrantes ao Brasil vem dos Estados Unidos; 15% da Europa; e o restante do Japão. O mesmo especialista do BID que forneceu esses dados analisa que, além da crise que afetou a economia americana, também influenciou na queda das remessas a recuperação da economia brasileira, ao desestimular o movimento de emigração.

A imprensa também começa a se referir a um movimento de retorno dos brasileiros imigrantes nos Estados Unidos, por enquanto ainda sem dados concretos para apresentar, a não ser conjecturas do tipo: “como parte dos brasileiros que moram nos Estados Unidos trabalha na construção, o desaquecimento dos negócios acabou afetando o movimento de volta dos brasileiros, pois nesse caso o impacto é direto”. Essa afirmação é do diretor do Banco Rendimento, que em 2006 realizou 1 milhão de remessas do exterior para o Brasil (Valor Econômico, 11 de dezembro de 2007).

Quanto às remessas, os dados são concretos, muito embora não se possa daí inferir a prospecção de uma queda continuada para os anos

⁵ Do enorme contingente estimado de 12 milhões de imigrantes ilegais nos Estados Unidos, dos quais 7 milhões são mexicanos (Castañeda, 2008), há um contingente estimado de 1,1 milhão de brasileiros.

vindouros. Porém quanto ao retorno dos emigrantes, é precipitada e baseada em pressupostos equivocados, a inferência de que a crise econômica dos Estados Unidos possa propiciar de imediato um movimento de retorno dos imigrantes brasileiros daquele país. A não ser aquela parcela ínfima da mão de obra qualificada do mercado de capitais a que me referi na sessão anterior desse artigo.

Esses pressupostos equivocados são expressos principalmente pela teoria neoclássica (Borjas, 1990), que interpreta as migrações internacionais como um jogo de mercado, em que a mão de obra se mobiliza ao efeito dos estímulos salariais ou de rendimento. O princípio explicativo dessa teoria se baseia em que o mercado de trabalho é semelhante ao mercado de quaisquer outras mercadorias, compradas e vendidas livre e regularmente no mercado. A renda é então a variável determinante e a mobilidade do trabalhador se dá em função da variabilidade da renda. Essa teoria está por trás da tradicional explicação dos fatores de atração e expulsão, que vê o migrante como um indivíduo economicamente racional, que procura melhores oportunidades na vida.

Como o mercado de trabalho, diferentemente de quaisquer outros, tem a especificidade de ser constituído de pessoas humanas agrupadas em sociedade, não é possível fazer inferências simplificadas a esse nível. Sem negar a interferência do diferencial de renda como motor dos movimentos migratórios, esse diferencial tende a se relativizar em face de outras variáveis, entre as quais se colocam as redes sociais, que têm enorme peso na origem dos migrantes, no destino e no próprio fluxo migratório em si ⁶.

Os limites desse texto não permitem uma análise mais aprofundada das redes sociais nas migrações internacionais. No caso dos imigrantes brasileiros de Massachusetts, podemos dizer que, se a década perdida dos anos de 1980 foi um elemento impulsionador importante para os primeiros fluxos migratórios, foram as redes sociais que contribuíram decisivamente para a permanência desses fluxos e para a atração contínua que fez com que a comunidade

⁶ Sobre a teoria das redes sociais nas migrações: Portes (1995); Sassen (1988); e Tilly (1990).

brasileira crescesse e se estabelecesse naquele pedaço bonito e frio dos Estados Unidos, tão diverso de nosso país tropical.

É possível que o novo Brasil que se anuncia nos índices de desenvolvimento sustentável que apresentei com os parcos dados da imprensa na segunda sessão desse artigo, em comparação com a crise vivida a partir de 2007 pelos Estados Unidos, sejam fatores impulsionadores de fluxos migratórios de retorno. As leis de imigração daquele país, que tem mobilizado a comunidade brasileira juntamente com outras comunidades imigrantes dos Estados Unidos, não são menos importantes para o destino desses fluxos. Porém, após mais de 20 anos do início das correntes migratórias que levaram os pioneiros valadarenses ao solo americano, a permanência do Brasil fora do Brasil é fato irreversível. A minha vivência como pesquisadora do *David Rockefeller Center for Latin American Studies* de Harvard em 2000 e principalmente os resultados de minha última pesquisa em 2005 (Sales, 2006), evidenciaram a integração da primeira geração através de uma comunidade que se organiza cada vez mais e a fixação em definitivo da segunda geração dos jovens imigrantes socializados na escola americana.

Bibliografia

BATISTA JR., Paulo Nogueira. "O Brasil e a situação financeira internacional". In: *Mito e realidade na dívida externa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Melo & ALMEIDA, Júlio Sérgio Gomes de. "A crise da dívida e suas repercussões sobre a economia brasileira. In: *A luta pela sobrevivência da moeda nacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

BORJAS, G. J. *Friends or Strangers: The impact of immigrants on the US economy*. New York: Basic Books, 1990.

CASTAÑEDA, Jorge. *Ex Mex: from Migrants to Immigrants*

MARGOLIS, Maxine. *Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York*. Campinas: Papirus, 1994.

PORTES, Alejandro. *The Economic Sociology of Immigration – Essays on Networks, Ethnicity and Entrepreneurship*. New York: Russel Sage Foundation, 1995.

SALES, Teresa. "O Trabalhador Brasileiro no Contexto das Novas Migrações Internacionais". In: *O Trabalho no Brasil no limiar do século XXI*, São Paulo, LTr, 1995 - Vários Autores.

SALES, Teresa. *Brasileiros Longe de Casa*. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

SALES, Teresa e LOUREIRO, Márcia. "Imigrantes Brasileiros adolescents e de Segunda geração em Massachusetts, EUA". *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, vol. 21, n. 2, jul./dez. 2004.

SALES, Teresa. "ONGs brasileiras em Boston". *USP Estudos Avançados*, Volume 20, Número 57, Maio/Agosto 2006 (Dossiê Migrações).

SASSEN, Saskia. *The mobility of labor and capital*. Cambridge University Press: 1988.

TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luis. *(Des)ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TEIXEIRA, A. "Vinte anos de política econômica". In: *Coleção São Paulo no limiar do século XXI*. São Paulo: Fundação Seade, 1992.

TILLY, C. "Transplanted Networks". In: YANS-McLAUGHLIN, V. *Immigration Reconsidered – History, Sociology, and Politics*. New Oxford University Press: 1990.